



Exercícios

Atos Administrativos

1. (INSTITUTO AOCP - 2023 - PC-GO - Escrivão de Polícia da 3ª Classe) O ato administrativo pode ser classificado de diversas maneiras. Considerando a classificação quanto ao seu conteúdo, assinale a alternativa que apresenta a classificação e descrição INCORRETAS.

- A) O ato constitutivo é o que cria uma nova situação jurídica individual para seus destinatários em relação à Administração.
- B) O ato abdutivo é aquele pelo qual o titular abre mão de um direito, dependendo de autorização legislativa.
- C) O ato extintivo é o que põe termo a situações jurídicas individuais, como, por exemplo, a cassação de autorização.
- D) O ato simplificado é o que visa reconhecer situações preexistentes ou, mesmo, possibilitar seu exercício, como, por exemplo, a emissão de certidões.
- E) O ato alienativo é o que opera a transferência de bens ou direitos de um titular a outro.

2. (INSTITUTO AOCP - 2022 - PC-GO - Papiloscopista Policial da 3ª Classe) Marta atuava em cargo comissionado, mas foi exonerada. No ato de exoneração, constou como motivação o nepotismo. Contudo, no mês seguinte, foi constatado que a motivação de sua exoneração não existia. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- A) Por ser cargo comissionado, não há irregularidade na exoneração, em razão da teoria da autoexecutoriedade dos atos administrativos.
- B) Mesmo sendo cargo em comissão, há necessidade de motivação para a exoneração, sendo que o nepotismo não é causa aceita, tornando o ato inválido.
- C) Pela teoria dos motivos determinantes, tendo sido a exoneração motivada, a inexistência ou falsidade da causa que deu ensejo ao ato o torna nulo.
- D) A exoneração de Marta não poderia ser motivada, porque ela assumia um cargo comissionado que proíbe a motivação.
- E) As exonerações de cargos comissionados não podem ser invalidadas ou anuladas, de acordo com a teoria das nulidades dos atos administrativos.

3. (INSTITUTO AOCP - 2022 - CGE-MS - Auditor do Estado - Auditoria Geral) "Licença é o ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade." O trecho apresentado exterioriza a ideia do conceito de licença, que pode ser considerada como espécie dos atos administrativos.

- A) negociais.
- B) normativos.
- C) ordinatórios.
- D) punitivos.
- E) enunciativos.

4. (Instituto AOCP/Prefeitura de Betim/Oficial de Administração/2022) Assinale a alternativa que apresenta o conjunto de requisitos para a formação do ato

administrativo, inclusive com relação à sua eficácia para produzir efeitos válidos.

- A) Competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- B) competência, finalidade, forma, motivo, imperatividade e presunção de legitimidade.
- C) Competência, forma, motivo, objeto, autoexecutoriedade e procedimento administrativo.
- D) Competência, finalidade, forma, motivo, objeto, mérito administrativo e procedimento administrativo.
- E) Competência, finalidade, objeto, forma, presunção de legitimidade, autoexecutoriedade e imperatividade.

5. (AOCP/MPE-RS/Analista/2021) Assinale a alternativa correta quanto aos atos administrativos.

- A) Os atos vinculados são aqueles praticados pela administração pública sem apreciação subjetiva, já que são adstritos à tipificação legal anterior, como é o caso da licença para tratar de assuntos particulares prevista na Lei nº 8.112/1990.
- B) De acordo com a Lei nº 9.784/1999, a intimação do interessado para ciência da decisão administrativa observará antecedência mínima de dois dias úteis quanto à data de comparecimento.
- C) Conforme entendimento do STF, ao Estado é facultada a revogação de atos que repute ilegalmente praticados, sendo indispensável o prévio processo administrativo para tanto, exceto quando já tiverem decorrido efeitos concretos.
- D) A Lei nº 9.784/1999 determina que a Administração possui prazo decadencial de cinco anos para rever seus atos e, conforme posicionamento do STJ, o referido prazo poderá ser aplicado de forma subsidiária no âmbito estadual e municipal quando ausente norma específica.
- E) As intimações dos atos administrativos serão consideradas nulas quando não observarem as prescrições legais, sendo que o mero comparecimento do administrado não supre sua falta ou irregularidade.

6. (INSTITUTO AOCP - 2021 - ITEP - RN - Agente Técnico Forense) O direito da Administração Pública de invalidar os atos administrativos decai em

- A) um ano, contado da data em que foram expedidos.
- B) dois anos, contados da data em que foram expedidos
- C) três anos, contados da data em que foram expedidos
- D) quatro anos, contados da data em que foram expedidos.
- E) cinco anos, contados da data em que foram expedidos.

7. (INSTITUTO AOCP - 2021 - Câmara de Teresina - PI - Assessor Jurídico Legislativo) Assinale a alternativa que apresenta os cinco requisitos dos atos administrativos.

- A) Competência, finalidade, tipicidade, objeto e motivo.
- B) Competência, agilidade, forma, finalidade e objeto.
- C) Competência, moralidade, forma, motivo e objeto.
- D) Competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- E) Competência, publicidade, finalidade, motivo e objeto.

8. (INSTITUTO AOCP - 2021 - Câmara de Teresina - PI - Procurador) A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) Praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial.



- B) Quando o ato é praticado em decorrência de situação fática verdadeira e prevista em lei como ensejadora da conduta estatal, contudo o agente público não realiza a motivação do ato, trata-se de ato com vício no elemento motivo.
- C) Tipicidade é o requisito pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados.
- D) Os atos de gestão são aqueles praticados como forma de dar andamento à atividade administrativa, sem configurar uma manifestação de vontade do Estado, mas sim a execução de condutas previamente definidas.
- E) A licença é o ato pelo qual o Poder Público permite a realização de dada atividade associada à fiscalização do Estado. Trata-se de ato discricionário e é concedido desde que cumpridos os requisitos objetivamente definidos em lei.

9. (INSTITUTO AOC - 2021 - PC-PA - Escrivão de Polícia Civil) Considerando a temática Direito Administrativo, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O desvio de poder ocorre quando o agente atua nos limites da competência legalmente definida, mas visando alcançar outra finalidade que não aquela prevista em lei.
- B) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
- C) O poder disciplinar do Estado é o poder de aplicação de sanções por parte do Poder Público, sendo que essas sanções decorrem de vinculação especial entre o sancionado e o Estado, notadamente, a relação hierárquica e a relação contratual.
- D) As certidões e os pareceres são espécies de atos administrativos ordinatórios.
- E) Quanto aos destinatários, os atos administrativos podem ser gerais ou individuais.

10. (AOC/Câmara de Cabo de Santo Agostinho-PE/2019) A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) Tendo como referência a Lei de Ação Popular, são 05 (cinco) os requisitos do ato administrativo: competência, finalidade, forma, motivo e autoexecutoriedade.
- B) Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente superior ou inferior.
- C) A circular é ato administrativo individual que estipula ordens e determinações internas e estabelece normas que geram direitos ou obrigações internas a indivíduos específicos.
- D) Quanto à formação, os atos administrativos podem ser divididos em simples, compostos ou complexos, sendo que estes últimos são formados pela soma de vontades de órgãos públicos independentes, em mesmo nível hierárquico, constituindo a aposentadoria de servidor público exemplo de ato administrativo complexo.

11. (AOC/Prefeitura de São Luis/Técnico de Nível Superior/2018) Quanto ao Direito Administrativo, assinale a alternativa correta.

- A) Direito Administrativo é o ramo do direito privado que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas

administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins de natureza pública.

- B) São fontes primárias do Direito Administrativo a lei, a jurisprudência, a doutrina e os costumes.
- C) Os princípios que regem a Administração Pública se aplicam às sociedades de economia mista.
- D) Os atos administrativos são dotados de ilegitimidade, veracidade, imperatividade e supra-executoriedade.
- E) A motivação e a finalidade não são elementos essenciais do ato administrativo.

12. (AOC/Prefeitura de Belém/2018) Ato administrativo é a declaração de vontade do Poder Público anunciando a decisão adotada como requisito legitimador da sua futura atuação. Dentre os atributos dos atos administrativos, tem-se:

- A) presunção de voluntariedade e atipicidade.
- B) tipicidade e inafastabilidade.
- C) presunção de veracidade e celeridade.
- D) imperatividade e atipicidade.
- E) autoexecutoriedade e imperatividade.

13. (AOC/SUSIPE-PA/Técnico de Administração/2018) No exame do ato administrativo, merece referência o tema de ato de governo. Assinale a alternativa que apresenta o nome como muitas vezes é estudado esse ato administrativo.

- A) Ato político.
- B) Ato público.
- C) Ato executivo.
- D) Ato estatal.
- E) Ato pátrio.

14. (AOC/SUSIPE-PA/Técnico de Administração/2018) Sobre competência administrativa, assinale a alternativa correta.

- A) A competência administrativa há de se originar de texto expresso contido na Constituição, na lei (nesse caso, a regra geral) e em normas administrativas.
- B) A competência administrativa não recebe a incidência de figuras normalmente aceitas no campo do direito privado. Por isso, duas são as características de que se reveste. A primeira é a improrrogabilidade, vez que a competência de um órgão não se transfere a outro por acordo entre as partes, ou por assentimento do agente da Administração. Fixada em norma expressa, deve a competência ser rigidamente observada por todos. A segunda é a inderrogabilidade, que determina que a incompetência não se transmuda em competência, ou seja, se um órgão não tem competência para certa função, não poderá vir a tê-la supervenientemente, a menos que a antiga norma definidora seja alterada.
- C) Em algumas circunstâncias, pode a norma autorizar que um agente transfira a outro, normalmente de plano hierárquico inferior, funções que originariamente lhe são atribuídas. É o fenômeno da avocação de competência.
- D) Se a autoridade hierarquicamente superior atrair para sua esfera decisória a prática de ato da competência natural de agente com menor hierarquia, dar-se-á o fenômeno da delegação de competência.



E) Tanto a avocação como a delegação devem ser consideradas como figuras excepcionais, só justificáveis ante os pressupostos que a lei estabelecer. Na verdade, é inegável reconhecer que ambas subtraem de agentes administrativos funções normais que lhes foram atribuídas. Por esse motivo, é válida qualquer delegação ou avocação que, de alguma forma ou por via oblíqua, objetive a supressão das atribuições do círculo de competência dos administradores públicos.

15. (AOC/FUNPAPA/2018) Assinale a alternativa correta acerca dos atos administrativos:

- A) Ato administrativo é todo ato praticado pela administração pública ou por quem lhe faça as vezes, no exercício da função administrativa, sob o regime de direito privado, manifestando a vontade do poder público em casos concretos ou de forma geral.
- B) Podem ser listados como atributos do ato administrativo a presunção de legitimidade, a imperatividade e a autoexecutoriedade.
- C) É vedado pela legislação a delegação de competências definidas como privativas.
- D) Competência, finalidade, forma, motivo e tipicidade são requisitos de validade do ato administrativo.
- E) Atos de gestão são aqueles nos quais a administração pública atua com prerrogativa de poder público, valendo-se da supremacia do interesse público sobre o interesse privado.

16. (AOC/FUNPAPA/2018) Sobre as classificações e espécies de atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) O regulamento trata-se de ato normativo privativo do chefe do Poder Executivo, apresentado por meio da expedição de uma Portaria.
- B) Atos ordinatórios são atos de ordenação e organização interna que decorrem do poder disciplinar.
- C) Prevalece, na doutrina e na jurisprudência, que a aposentadoria de servidor público caracteriza-se como ato complexo.
- D) Os atos concretos são aqueles praticados como forma de dar andamento à atividade administrativa, sem configurar uma manifestação de vontade do Estado, mas sim a execução de condutas previamente definidas.
- E) Atos enunciativos são aqueles por meio dos quais a administração concede direitos pleiteados por particulares, em virtude de requerimento regularmente formulado.

17. (AOC/UEFS/Técnico Universitário/2018) No tocante aos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) A atuação é vinculada quando a Administração, conforme critérios de oportunidade e conveniência, possui liberdade para decidir, dentro de parâmetros legais, o que melhor satisfaz o interesse público.
- B) É indelegável a competência para decisão de recurso administrativo.
- C) Tipicidade, autoexecutoriedade, imperatividade e discricionariedade são classificadas pela doutrina como atributos do ato administrativo.
- D) A Administração pode revogar seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, posto que deles não se originam direitos.

E) Os atos administrativos ilegais de que decorram efeitos favoráveis ao administrado deverão ser invalidados no prazo de 03 (três) anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé do administrado.

18. (AOC/UEFS/Analista Universitário/2018) Assinale a alternativa correta em relação ao regime jurídico da administração, seus princípios e deveres.

- A) Na publicidade das obras dos órgãos públicos poderá constar apenas o nome do gestor que a realizou, sem mencionar o partido.
- B) A administração pode revogar seus atos por motivo de conveniência e oportunidade com efeitos retroativos, independentemente de reparação ao particular eventualmente prejudicado, tendo em vista a supremacia do interesse público.
- C) A eficiência no direito administrativo implica na procura da produtividade e economicidade, sendo este um dever da administração.
- D) Não se aplica o contraditório no processo administrativo, visto que tal princípio é exclusivo do processo judicial.
- E) A legalidade é um princípio implícito.

19. (AOC/TCE-PA/Auditor/2012) No que se refere à extinção dos Atos Administrativos, a retirada pelo Poder Público do ato administrativo porque o destinatário descumpriu as condições inicialmente impostas, é denominada de

- A) Tredestinação.
- B) Caducidade.
- C) Efeito Prodrômico.
- D) Cassação.
- E) Contraposição.

20. (AOC/TCE-PA/Analista de Controle Externo - Direito/2012) A respeito dos atos administrativos, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Ato extintivo é aquele que põe fim a situações individuais existentes.
 - II. Ato declaratório é aquele que declara uma situação pré-existente, visando preservar o direito do administrado.
 - III. Ato alienativo é aquele que tem por fim alterar situações pré-existentes sem provocar a sua supressão.
 - IV. Ato modificativo é aquele que tem por fim transferir bens e direitos de um titular a outro.
- A) Apenas I, II e III.
 - B) Apenas II, III e IV.
 - C) Apenas I e II.
 - D) Apenas III e IV.
 - E) I, II, III e IV.

21. (AOC/TCE-PA/Assessor Técnico de Informática/2012) O ato administrativo que necessita para a sua formação da manifestação de vontade de dois ou mais diferentes órgãos denomina-se

- A) simples.
- B) complexo.
- C) composto.
- D) decorrente.
- E) residual.



22. (AOC/PA/Analista de controle Externo - Ciências Contábeis/2012) São requisitos do ato administrativo:

- A) competência, finalidade, motivo e objeto.
- B) competência, finalidade, motivo e legalidade.
- C) finalidade, motivo, impessoalidade e objeto.
- D) motivo, legalidade e objeto.
- E) competência, finalidade, motivo e publicidade.

23. (AOC/TRT 9ª/Juiz do Trabalho/2004) Considere as seguintes proposições alusivas à teoria dos motivos determinantes do ato administrativo, segundo a doutrina de Celso Antonio Bandeira de Mello:

I. Segundo a referida teoria, os motivos que determinaram a vontade do agente, isto é, os fatos que serviram de suporte à sua decisão, integram a validade do ato.

II. De conformidade com aludida teoria, a invocação dos motivos de fato falsos vicia o ato.

III. Na esteira da teoria em referência, os motivos de fato, inexistentes ou incorretamente qualificado, não viciam o ato.

IV. Pela teoria em epígrafe, quando a lei não haja estabelecido, antecipadamente, os motivos que ensejariam a prática do ato administrativo, não importará em vício do mesmo.

V. Enunciados pelo agente os motivos em que se calçou, o ato só será válido se estes realmente ocorrerem e o justificam, na forma da teoria dos motivos determinantes do ato administrativo.

Assinale a alternativa correta:

- A) somente a proposição V está incorreta
- B) somente a proposição III está incorreta
- C) as proposições III e IV estão incorretas
- D) as proposições II e IV estão incorretas
- E) somente a IV está correta

Controle da Administração

1. (AOC - 2021 - MPE-RS - Analista do Ministério Público) Sobre o controle da Administração Pública, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() Pelo entendimento do STF, a Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos.

() O Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas, exerce o controle interno, ao qual compete, entre outras atribuições, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.

() Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário devem manter, de forma integrada, sistema de controle com a finalidade de exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

() Caberá reclamação administrativa ao STF no caso de decisão proferida pela Administração que contrarie súmula vinculante.

() De acordo com entendimento do STJ e do STF, é legítima a exigência de depósito prévio como pressuposto de admissibilidade de recurso administrativo quando a parte não demonstrar a hipossuficiência.

- A) V - F - V - V - F.
- B) V - F - V - V - V.

- C) F - V - V - V - F.
- D) V - F - F - V - V.
- E) V - V - V - F - V.

2. (INSTITUTO AOC - 2019 - UFFS - Bibliotecário-Documentalista) Em uma situação hipotética, o Município "X" está enfrentando um momento de dificuldade e escassez de recursos financeiros, mas necessita da construção de uma escola, bem como de um hospital. No entanto há disponibilidade financeira suficiente somente para realizar uma das obras mencionadas e o administrador público, em virtude de seu juízo de conveniência e oportunidade, decidiu por construir a escola, observando, sem qualquer infringência, todas as disposições legais relativas à realização da obra. Nesse caso, quanto ao controle do ato administrativo, é correto afirmar que

- A) está sujeito apenas a controle pelo Poder Judiciário, em face à flagrante violação às exigências legais, inclusive aos princípios constitucionais, sendo o caso de ilegalidade evidente, o que pode ensejar a anulação do ato administrativo.
- B) está sujeito apenas a controle pela própria Administração Pública, face à violação à discricionariedade, sendo o caso de anulação do ato praticado, por ofensa aos princípios constitucionais da supremacia do interesse público.
- C) não está sujeito a controle pelo Poder Judiciário, já que observou as exigências legais, inclusive no que se refere aos princípios administrativos, e a decisão do administrador está pautada pela discricionariedade de seus atos, somente se submetendo à (re) análise pela própria Administração Pública.
- D) não está sujeito a controle pelo Poder Judiciário, já que a anulação dos atos administrativos compete exclusivamente a própria Administração Pública, em razão dos critérios de conveniência e oportunidade.
- E) está sujeito apenas a controle pelo Poder Judiciário, uma vez que a revogação do ato administrativo compete ao Poder Judiciário que analisa a legalidade do ato e a violação à legalidade autoriza a atuação do Poder Judiciário.

3. (INSTITUTO AOC - 2019 - UFPB - Administrador) Em termos de administração pública direta, o controle da administração decorre da

- A) vinculação administrativa.
- B) entidade descentralizada
- C) subordinação hierárquica.
- D) compreensão autoritária.
- E) descentralização política.

4. (INSTITUTO AOC - 2019 - PC-ES - Assistente Social) Assinale a alternativa correta acerca do controle e da fiscalização da administração.

- A) A competência do sistema de controle interno nos poderes da União restringe-se ao exercício do controle sobre entidades da administração pública direta, indireta, fundacional e autárquica.
- B) O controle judicial se sobrepõe ao controle administrativo.
- C) Os órgãos do Poder Executivo, assim como os órgãos dos demais Poderes quando realizarem função



administrativa, sujeitar-se-ão ao controle interno e externo.

- D) O controle administrativo, que consiste no acompanhamento e na fiscalização do ato administrativo por parte da própria estrutura organizacional, configura-se como controle de natureza interna, privativo do Poder Executivo.
- E) O controle externo no Brasil é exercido a priori e a posteriori, mas não de forma concomitante.

5. (INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - Auxiliar Perícia Médico-Legal) Sobre o Controle Legislativo, é correto afirmar que

- A) possui seu fundamento de maneira eminentemente constitucional.
- B) é aquele que espelha o desejo daqueles que o executam levando em consideração a prerrogativa de fiscalizar a Administração Pública sob os critérios financeiros.
- C) é aquele que examina a legalidade dos atos e leis de maneira distanciada dos interesses políticos.
- D) o Poder Legislativo incide especificamente sobre a atividade administrativa do Estado, seja qual for o Poder onde esteja sendo desempenhada.
- E) assegura o seu controle em um julgamento em que o único fator de motivação é a lei ou a Constituição, justamente por ser o legislativo um Poder equidistante do interesse das pessoas públicas e privadas.

6. (INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - Escrivão de Polícia) Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de instrumento de controle jurisdicional da Administração Pública.

- A) Reclamação Administrativa.
- B) Comissão Parlamentar de Inquérito.
- C) Pedido de Informação.
- D) Recurso Administrativo.
- E) Mandado de Segurança.

7. (INSTITUTO AOCP - 2018 - TRT - 1ª REGIÃO (RJ) - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal)

- A) No processo de revisão, no âmbito da Administração Federal, é admitida a reformatio in pejus, desde que haja a possibilidade de manifestação prévia do recorrente.
- B) Contra omissão ou ato da administração pública, o uso da reclamação só será admitido após o esgotamento da segunda instância administrativa.
- C) O sistema francês é marcado pela dualidade de jurisdição, tendo em vista que, ao lado do Poder Judiciário, o ordenamento contempla uma Justiça Administrativa competente para dirimir conflitos de interesse envolvendo a Administração Pública.
- D) O controle ministerial exercido pelos Ministérios sobre os órgãos de sua estrutura administrativa caracteriza controle interno por vinculação.
- E) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévio de dinheiros ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

Ano: 2022 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: MPE-MS
Prova: INSTITUTO AOCP - 2022 - MPE-MS - Promotor de Justiça Substituto

1. A Lei Federal nº 11.079/2004 dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Com base na referida lei, assinale a alternativa correta.

- A) Na contratação de parceria público-privada, serão observadas diretrizes norteadoras destas, tais como, a transparência dos procedimentos e das decisões da administração; a viabilidade financeira dos projetos; a análise prévia de impactos ambientais nas comunidades diretamente inseridas nos projetos de parceria; e, a repartição objetiva de riscos entre as partes.
- B) A contraprestação da Administração Pública, nos contratos de parceria público-privada, poderá ser feita por ordem bancária e outorga de direitos sobre bens públicos dominicais, entre outros meios admitidos em lei.
- C) As cláusulas dos contratos de parceria público-privada deverão prever o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco), nem superior a 30 (trinta) anos, incluindo eventual prorrogação.
- D) As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada poderão ser garantidas, exclusivamente, por fundo garantidor ou empresa estatal criada para essa finalidade.
- E) As sociedades de economia mista não podem celebrar contratos de parceria público-privada.

Ano: 2022 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: PC-GO Prova: INSTITUTO AOCP - 2022 - PC-GO - Delegado de Polícia Substituto

2. Uma concessionária de serviço público de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica emite aviso, em emissoras de rádio da região afetada, de que haverá suspensão no fornecimento de serviço de energia elétrica dentro de dois dias, para manutenção das instalações distribuidoras. Sobre a situação narrada, é correto afirmar que

- A) a interrupção descrita caracteriza-se como descontinuidade do serviço e, a depender das consequências impostas aos usuários, a concessionária poderá ser penalizada.
- B) a concessionária deve informar direta, pessoal e individualmente a todos os indivíduos afetados pela interrupção com o mínimo de uma semana de antecedência.
- C) a divulgação da suspensão no fornecimento de serviço de energia elétrica por meio de emissoras de rádio, dias antes da interrupção, satisfaz a exigência do aviso prévio previsto em lei.
- D) a interrupção poderá se dar tão somente em situação de emergência; nos demais casos, como no narrado, a concessionária deverá fornecer meios alternativos para a plena continuidade dos serviços prestados, sob pena de caracterizar-se descontinuidade do serviço.



E) a interrupção, conforme o caso descrito, não poderá iniciar-se na sexta-feira, no sábado ou no domingo nem em feriado ou no dia anterior a feriado.

Ano: 2022 Banca: INSTITUTO AOC **Órgão: PC-GO Prova: INSTITUTO AOC** - 2022 - PC-GO - Delegado de Polícia Substituto

3. O regime jurídico administrativo é o conjunto de prerrogativas e sujeições que condiciona a atuação da Administração Pública, no conceito de Jean Rivero. Isso significa, mais do que um parâmetro de otimização, que os parâmetros jurídicos de atuação estatal não servem somente à instrumentalização dos objetivos da Administração, mas, sobretudo, à garantia dos direitos dos cidadãos. No sentido de que o regime jurídico administrativo perpassa os mais diversos aspectos ao estatal, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. A adequação da conduta escolhida pelo agente público à finalidade que a lei expressa constitui uma exigência limitante ao poder discricionário.

II. A concessão de serviço público é delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

III. A permissão de serviço público é delegação, a título precário, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente, à pessoa física, jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, podendo ser dispensada a licitação nos casos previstos em lei.

IV. É prescindível a avaliação prévia de bem móvel da Administração Pública para sua alienação.

- A) Apenas I, II e III.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I, III e IV.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) Apenas II e III.

Ano: 2022 Banca: INSTITUTO AOC **Órgão: CGE-MS Prova: INSTITUTO AOC** - 2022 - CGE-MS - Auditor do Estado - Auditoria Geral

4. Em relação aos poderes administrativos, ao uso e abuso do poder e aos serviços públicos, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () A tutela administrativa existente entre a União e suas autarquias funda-se no poder hierárquico.
- () O excesso de poder ocorre nos casos em que o administrador ultrapassa os limites de sua competência.
- () Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- () Os serviços públicos e o atendimento do usuário serão realizados de forma adequada, observados os princípios da regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia.

- A) V – F – V – V.
- B) V – V – F – V.
- C) V – F – V – F.
- D) F – V – F – V.
- E) F – V – V – V.

Ano: 2022 Banca: AOC **Órgão: Prefeitura de Novo Hamburgo - RS Prova: AOC** - 2022 - Prefeitura de Novo Hamburgo - RS - Procurador

5. Em relação aos serviços públicos, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é legal a cobrança de tarifa de esgoto na hipótese em que a concessionária realize apenas uma — e não todas — das quatro etapas em que se desdobra o serviço de esgotamento sanitário (a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final de dejetos).

() Nos termos da Lei nº 8.987/1995, declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

() Segundo a Lei nº 11.079/2004, é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo período de prestação do serviço seja inferior a 10 (dez) anos.

- A) F – V – F.
- B) F – F – V.
- C) V – V – F.
- D) V – F – V.
- E) V – F – F.

Ano: 2020 Banca: INSTITUTO AOC **Órgão: Prefeitura de Betim - MG Prova: INSTITUTO AOC** - 2020 - Prefeitura de Betim - MG - Oficial de Administração

6. Classe de serviço público que se relaciona intimamente com as atribuições do poder público. Os serviços dessa classe, por sua essencialidade, geralmente são gratuitos ou de baixa remuneração, para que fiquem ao alcance de todos os membros da coletividade. O enunciado refere-se aos

- A) serviços próprios do Estado.
- B) serviços de utilidade pública.
- C) serviços administrativos.
- D) serviços industriais.
- E) serviços públicos.

Ano: 2020 Banca: INSTITUTO AOC **Órgão: Prefeitura de Betim - MG Prova: INSTITUTO AOC** - 2020 - Prefeitura de Betim - MG - Oficial de Administração

7. A repartição das competências para a prestação de serviço público ou de utilidade pública pelas entidades estatais opera segundo critérios técnicos e jurídicos. Assinale a alternativa que apresenta o elemento de definição que afere se o serviço público é de competência municipal.

- A) Critério da vontade pública soberana.
- B) Critério da autonomia administrativa.
- C) Critério da necessidade da população.
- D) Critério da predominância do interesse.



E) Critério da exclusividade da administração.

Ano: 2020 **Banca:** INSTITUTO AOCB **Órgão:** Prefeitura de Betim - MG **Prova:** INSTITUTO AOCB - 2020 - Prefeitura de Betim - MG - Analista Jurídico

8. Conforme a Lei nº 11.079/2004, que regulamenta a parceria público-privada, assinale a alternativa correta.

- A) As concessões patrocinadas em que mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica.
- B) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
- C) As cláusulas dos contratos de parceria público-privada serão compatíveis com a amortização dos investimentos realizados, sendo que o prazo de vigência do contrato não será inferior a 05 (cinco) nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, excluída eventual prorrogação.
- D) As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada podem ser garantidas por intermédio da contratação de seguro-garantia com companhias seguradoras, sejam estas controladas ou não pelo Poder Público.
- E) A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita somente por ordem bancária ou cessão de créditos não tributários.

Ano: 2020 **Banca:** INSTITUTO AOCB **Órgão:** Prefeitura de Betim - MG **Prova:** INSTITUTO AOCB - 2020 - Prefeitura de Betim - MG - Analista Jurídico

9. A respeito da Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- A) Permissão de serviço público consiste na delegação, a título precário, dispensada a licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- B) As concessionárias de serviços públicos são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de quatro datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.
- C) A concessionária deverá divulgar em seu sítio eletrônico, de forma clara e de fácil compreensão pelos usuários, tabela com o valor das tarifas praticadas e a evolução das revisões ou reajustes realizados nos últimos cinco anos.
- D) Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de 15 (quinze) dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.
- E) Considera-se caducidade a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.

Ano: 2019 **Banca:** INSTITUTO AOCB **Órgão:** UFFS **Prova:** INSTITUTO AOCB - 2019 - UFFS - Assistente em Administração

10. Os Serviços Públicos podem ser prestados pela própria Administração Pública ou por particulares, mediante contrato de prestação de serviços, remunerados pelos cofres públicos, por exemplo. Uma das principais características dos serviços públicos reside em sua essencialidade, quando à disposição da coletividade, sendo certo que o Estado não pode se recusar a promover a prestação dos serviços públicos, seja de forma direta ou indireta. Sobre o aspecto da essencialidade do serviço público, é correto afirmar que a atuação do Estado deve observar

- A) o dever inescusável do Estado de promover a prestação dos serviços públicos, conquanto nada impeça que o faça por intermédio de seus representantes, utilizando-se de institutos de descentralização da atividade administrativa, por exemplo.
- B) a continuidade e a regularidade dos serviços públicos essenciais somente quando prestados de forma direta pelo Estado, não se admitindo, nesses casos, a suspensão ou a interrupção de tais serviços, em razão da supremacia do interesse público sobre o interesse particular.
- C) o princípio da gratuidade do serviço público tendente a satisfazer as necessidades coletivas gerais, vedadas quaisquer cobranças dos serviços públicos.
- D) a possibilidade de modificar o modo de execução do contrato administrativo.
- E) a possibilidade de não prestar o serviço público por indisponibilidade de servidor público.

Ano: 2019 **Banca:** INSTITUTO AOCB **Órgão:** Prefeitura de São Bento do Sul - SC **Prova:** INSTITUTO AOCB - 2019 - Prefeitura de São Bento do Sul - SC - Auxiliar Administrativo

11. Referente a formas e meios de prestação do serviço Público, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Serviço desconcentrado: é aquele no qual a Administração Pública o executa de forma centralizada, no entanto o distribui entre vários órgãos da mesma entidade, facilitando, dessa forma, sua obtenção pelos usuários.
 - () Forma Centralizada: nesse caso, é de exclusiva responsabilidade do Poder Público a execução do serviço público, sendo que esse o exerce com seus próprios órgãos.
 - () Forma descentralizada: nesse caso, o poder público transfere a outrem a titularidade ou a execução do serviço, sendo esta caracterizada com a outorga ou delegação.
 - () Execução Direta do Serviço: é aquela executada pelos meios da pessoa responsável por sua prestação.
- A) V – V – F – F.
 - B) V – F – F – V.
 - C) V – V – V – V.
 - D) F – F – V – V.

Ano: 2019 **Banca:** INSTITUTO AOCB **Órgão:** Câmara de Cabo de Santo Agostinho - PE **Prova:** INSTITUTO AOCB - 2019 - Câmara de Cabo de Santo Agostinho - PE - Auxiliar Administrativo

12. Considerando a essencialidade, a adequação, a finalidade e os destinatários dos serviços públicos, é



possível classificá-los de diversas formas. Assinale a alternativa que apresenta a classificação dos serviços que objetivam facilitar a vida do indivíduo na coletividade, pondo à sua disposição utilidades que lhe proporcionarão mais conforto e bem-estar e são denominados serviços pró-cidadão.

- A) Serviços públicos especiais.
- B) Serviços de utilidade pública.
- C) Serviços próprios do Estado.
- D) Serviços administrativos.

Ano: 2019 **Banca:** INSTITUTO AOCP **Órgão:** Câmara de Cabo de Santo Agostinho - PE **Prova:** INSTITUTO AOCP - 2019 - Câmara de Cabo de Santo Agostinho - PE - Auxiliar Administrativo

13. O conceito de serviço público não é uniforme na doutrina. Ele é variável e se modifica conforme as necessidades e contingências políticas, econômicas, sociais e culturais de cada comunidade, em cada momento histórico, como acentuam os modernos publicistas. Com base no exposto, assinale a alternativa que apresenta um conceito generalista de serviço público.

- A) Serviço público é todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniências do Estado.
- B) Serviço público são as atividades coletivas vitais que caracterizam os serviços públicos, porque, ao lado destas, existem outras, sabidamente dispensáveis pela comunidade, que são realizadas pelo Estado como serviço público.
- C) Serviço público é a atividade em si que tipifica o serviço público, a qual pode ser exercida pelos cidadãos, como objeto da iniciativa privada, independentemente de delegação estatal, sendo prestada ao público em geral e a quem dela necessita.
- D) Serviço público é a distribuição arbitrária de serviços, que atende a critérios jurídicos, técnicos e econômicos, que respondem pela legitimidade, eficiência e economicidade na sua prestação e que podem ser delegados à iniciativa privada.

Ano: 2019 **Banca:** INSTITUTO AOCP **Órgão:** PC-ES **Prova:** INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - Perito Oficial Criminal - Área 1

14. Assinale a alternativa que apresenta corretamente as duas categorias de concessões de serviços públicos.

- A) Concessões públicas e as concessões privadas.
- B) Concessões ordinárias e as concessões administrativas.
- C) Concessões administrativas e as concessões privadas.
- D) Concessões comuns e as concessões especiais.
- E) Concessões públicas e as concessões patrocinadas.

Ano: 2019 **Banca:** INSTITUTO AOCP **Órgão:** PC-ES **Prova:** INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - Investigador

15. A autorização de serviço público pode ser considerada um

- A) contrato administrativo por prazo determinado, sendo dispensada prévia licitação.
- B) ato administrativo unilateral, vinculado e precário.
- C) contrato administrativo por prazo indeterminado, precedido de licitação.
- D) ato administrativo unilateral, discricionário e precário.
- E) contrato administrativo precário por prazo indeterminado, sendo dispensada prévia licitação.

Ano: 2019 **Banca:** INSTITUTO AOCP **Órgão:** PC-ES **Prova:** INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - Investigador

16. Contrato através do qual o Estado delega a alguém o exercício de um serviço público e este aceita prestá-lo em nome do Poder Público sob condições fixadas e alteráveis unilateralmente pelo Estado, mas por sua conta, risco, remunerando-se pela cobrança de tarifas diretamente dos usuários do serviço e tendo a garantia de um equilíbrio econômico-financeiro. O enunciado apresentado é a definição de

- A) autorização de serviço público.
- B) permissão de serviço público.
- C) concessão de serviço público.
- D) consórcio público.
- E) convênio público.

Ano: 2019 **Banca:** INSTITUTO AOCP **Órgão:** PC-ES **Prova:** INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - Escrivão de Polícia

17. Os serviços públicos podem ser classificados

- A) quanto à obrigatoriedade da utilização, em compulsórios e facultativos.
- B) quanto aos usuários, em federais, estaduais, distritais e municipais.
- C) quanto à essencialidade, em serviços de execução direta ou de execução indireta.
- D) quanto à entidade a quem foram atribuídos, em gerais ou específicos.
- E) quanto à forma de execução, em essenciais ou não essenciais.

Ano: 2019 **Banca:** INSTITUTO AOCP **Órgão:** PC-ES **Prova:** INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - Escrivão de Polícia

18. A descentralização administrativa ocorre quando há a transferência da responsabilidade, pelo exercício de atividades administrativas pertinentes à Administração Pública, a pessoas jurídicas auxiliares por ela criadas com essa finalidade ou para particulares, podendo se dar por meio da outorga ou delegação de serviços públicos. A respeito da outorga e da delegação de serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- A) É possível realizar a outorga por meio de lei, contrato administrativo ou ato administrativo.
- B) Na outorga, transfere-se a titularidade e a execução dos serviços públicos.
- C) A delegação pode se dar exclusivamente para as pessoas da Administração Pública Indireta.
- D) A outorga pode se dar para pessoas da Administração Pública Indireta ou para os particulares, dependendo do caso.



- E) Na delegação, transfere-se a titularidade e a execução dos serviços públicos.

Bens Públicos

Ano: 2022 **Banca:** INSTITUTO AOCB **Órgão:** SEAD-GO
Prova: INSTITUTO AOCB - 2022 - SEAD-GO - Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos

1. A respeito das alienações na Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e, tratando-se de bens imóveis, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão.

() A alienação de bens imóveis da Administração Pública cuja aquisição tenha sido derivada de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento dispensará autorização legislativa e exigirá apenas avaliação prévia e licitação na modalidade leilão.

() Entende-se por investidura a alienação a outro órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera de governo.

() A permuta de bens móveis, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública, é caso de inexigibilidade de licitação.

- A) F – V – V – V.
B) F – F – V – F.
C) F – V – F – V.
D) V – F – V – F.
E) V – V – F – F.

Ano: 2021 **Banca:** INSTITUTO AOCB **Órgão:** Câmara de Teresina - PI **Prova:** INSTITUTO AOCB - 2021 - Câmara de Teresina - PI - Assessor Jurídico Legislativo

2. Sobre os bens públicos, assinale a alternativa correta.

- A) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno. Todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
B) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são alienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
C) O uso comum dos bens públicos será sempre gratuito.
D) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.
E) Os bens públicos dominicais não podem ser alienados.

Ano: 2021 **Banca:** AOCB **Órgão:** MPE-RS **Prova:** AOCB - 2021 - MPE-RS - Analista do Ministério Público

3. Em relação aos bens públicos, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. A ocupação indevida de bens públicos dominicais, ou seja, aqueles que não se enquadram como sendo de uso comum do povo ou de uso especial, configura mera detenção, de natureza precária, suscetível de retenção ou indenização por

ações e benfeitorias por parte do ocupante, desde que neles tiver instituído moradia permanente.

II. As concessões de terras devolutas situadas na faixa de fronteira, feitas pelos Estados, autorizam apenas o uso, permanecendo o domínio com a União, ainda que se mantenha inerte ou tolerante em relação aos possuidores.

III. Quanto ao uso privativo dos bens públicos por particulares, os principais instrumentos utilizados para a outorga são: a autorização, a permissão e a concessão, sendo a licitação indispensável nas três modalidades.

- A) Apenas I.
B) Apenas II.
C) Apenas III.
D) Apenas I e II.
E) Apenas II e III.

Ano: 2020 **Banca:** INSTITUTO AOCB **Órgão:** Prefeitura de Novo Hamburgo - RS **Prova:** INSTITUTO AOCB - 2020 - Prefeitura de Novo Hamburgo - RS - Auditor Fiscal de Tributos

4. Em relação aos bens, como as edificações onde estão instaladas as “Escolas Públicas”, no Município de Novo Hamburgo (RS), são classificados como bens públicos os de uso(s)

- A) comum do povo, sendo inalienáveis e não sujeitos a usucapião.
B) dominicais, podendo ser alienáveis e sujeitos a usucapião.
C) dominicais, sendo inalienáveis e não sujeitos a usucapião.
D) especiais, sendo inalienáveis e não sujeitos a usucapião.
E) especiais, podendo ser alienáveis e não sujeitos a usucapião.

Ano: 2019 **Banca:** INSTITUTO AOCB **Órgão:** Prefeitura de São Bento do Sul - SC **Prova:** INSTITUTO AOCB - 2019 - Prefeitura de São Bento do Sul - SC - Fiscal de Posturas

5. Os bens públicos são tema de análise pelo direito administrativo brasileiro. A respeito deles, assinale a alternativa correta.

- A) Os bens afetados à prestação de serviços públicos, mesmo que não pertencentes a pessoas jurídicas de direito público, podem ser penhorados.
B) Bens dominicais podem ser exemplificados, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.
C) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.
D) Os bens públicos dominicais não podem ser alienados por iniciativa pública ou projeto de lei.

Ano: 2019 **Banca:** INSTITUTO AOCB **Órgão:** TJ-MG **Prova:** INSTITUTO AOCB - 2019 - TJ-MG - Juiz Leigo

6. Sobre a supremacia e a indisponibilidade do interesse público, assinale a alternativa correta.

- A) O princípio do interesse público fundamenta a exigência legal acerca da necessidade de a alienação de bens da Administração Pública ser precedida de avaliação e sujeita ao regramento da Lei nº 8.666/1993.



- B) De acordo com o princípio da indisponibilidade do interesse público, é vedada ao administrador público a prática de quaisquer atos que impliquem renúncia a direitos do Poder Público, o que justifica a impossibilidade de conciliação nos processos judiciais em que é parte a Administração Pública.
- C) Os princípios da indisponibilidade e da supremacia do interesse público vedam o emprego da arbitragem nos contratos administrativos, ainda que versem sobre direitos patrimoniais disponíveis.
- D) O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado é absoluto, não admitindo exceções.

Ano: 2018 **Banca:** INSTITUTO AOCP **Órgão:** IPM - SP
Prova: INSTITUTO AOCP - 2018 - IPM - SP - Agente Administrativo

7. Tendo em vista a legislação, a doutrina e a jurisprudência de Direito Administrativo, assinale a alternativa correta.

- A) O poder de polícia do Estado, as cláusulas exorbitantes presentes nos contratos administrativos e a definição de privilégios tributários para as pessoas jurídicas de direito público são prerrogativas conferidas à Administração Pública em decorrência do princípio da indisponibilidade do interesse público.
- B) Consoante a doutrina, são exceções constitucionais ao princípio da legalidade a edição de medidas provisórias e as situações de estado de defesa e estado de sítio.
- C) Consubstanciam-se em bens de uso comum do povo os bens que a Administração Pública mantém para o uso normal da população, de uso livre ou gratuito, sendo vedada a cobrança de taxas pelo seu uso.
- D) São características dos bens públicos a impenhorabilidade, a imprescritibilidade e a onerabilidade.
- E) A conveniência e a oportunidade são consideradas elementos nucleares do poder vinculado.

Ano: 2018 **Banca:** INSTITUTO AOCP **Órgão:** IPM - SP
Prova: INSTITUTO AOCP - 2018 - IPM - SP - Agente Administrativo

8. Referente aos bens públicos, assinale a alternativa correta.

- A) Os bens das empresas públicas prestadoras de serviços públicos se sujeitam à penhora, desde que eles não estejam diretamente ligados à prestação de serviços e desde que a penhora não comprometa a execução dessa atividade.
- B) No tocante aos bens das empresas estatais exploradoras de atividades econômicas, seus bens gozam de todas as garantias conferidas aos bens públicos.
- C) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião, contanto que sejam de uso especial.
- D) São bens públicos os dominicais, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.
- E) Incluem-se entre os bens dos Estados membros, dentre outros, os potenciais de energia hidráulica.

GABARITO

Atos Administrativos - 1. D, 2. C, 3. A, 4. A, 5. D, 6. E, 7. D, 8. A, 9. D, 10. D, 11. C, 12. E, 13. A, 14. A, 15. B, 16. C, 17. B, 18. C, 19. D, 20. C, 21. B, 22. A, 23. C.

Controle da Administração - 1. A, 2. C, 3. C, 4. C, 5. A, 6. E, 7. C.

Bens Públicos - 1. E, 2. A, 3. B, 4. D, 5. C, 6. A, 7. B, 8. A.

Serviços Públicos - 1. B, 2. C, 3. B, 4. E, 5. C, 6. A, 7. D, 8. A, 9. C, 10. A, 11. C, 12. B, 13. A, 14. D, 15. D, 16. C, 17. A, 18. B.



www.raphaelspyere.com.br



@raphaelspyere



Raphael Spyere



Estudando Direito - com Raphael Spyere